



Rendimento de todas as fontes 2017

PNAD

contínua

 ISBN 978-85-240-4453-3
 © IBGE, 2018

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - investiga, regularmente, informações sobre os rendimentos provenientes de todos os trabalhos¹ e de outras fontes² das pessoas residentes, possibilitando estudos relacionados tanto aos rendimentos provenientes de suas atividades laborais quanto ao rendimento total do domicílio. O rendimento de trabalho efetivo e habitualmente recebido no mês de referência é captado somente para as pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Para efeito da presente análise, todas as informações sobre rendimentos referem-se àqueles efetivamente recebidos no mês de referência, e os valores dos rendimentos foram deflacionados a preços médios de 2017³. Salienta-se que o rendimento de todos os trabalhos é captado para as pessoas de 14 anos ou mais de idade, enquanto o rendimento proveniente de outras fontes, para as pessoas de todas as idades.

Esta análise contempla, primeiramente, informações sobre a distribuição da população residente, para o Brasil e Grandes Regiões, e a distribuição das pessoas por tipo de rendimento efetiva-

mente recebido, seja de trabalho, seja proveniente de outras fontes. A seguir, são apresentados o rendimento da população residente; as características sociodemográficas da população ocupada com rendimento, abrangendo, cor ou raça e nível de instrução; e o rendimento de trabalho, efetivamente recebido, da população ocupada, segundo as características sociodemográficas selecionadas. Para melhor compreensão da distribuição dos rendimentos, são analisados, também, os seguintes indicadores de concentração: distribuição por classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento efetivamente recebido de todos os trabalhos; razão entre os rendimentos da população composta pelo 1% com os maiores rendimentos e da população composta pelos 50% com os menores rendimentos; e Índice de Gini do rendimento efetivamente recebido de todos os trabalhos. Encerrando a análise do tema, são abordados os seguintes indicadores relacionados ao rendimento domiciliar *per capita*: a massa mensal, o Índice de Gini, e a participação percentual dos diversos tipos de rendimento na composição do rendimento domiciliar *per capita*.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

¹ Por decisão editorial, a partir de 2017 a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados do estudo/pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre o estudo/pesquisa. As tabelas de resultados, as notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa/estudo encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet, na página da PNAD Contínua, no endereço: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=20635>>.

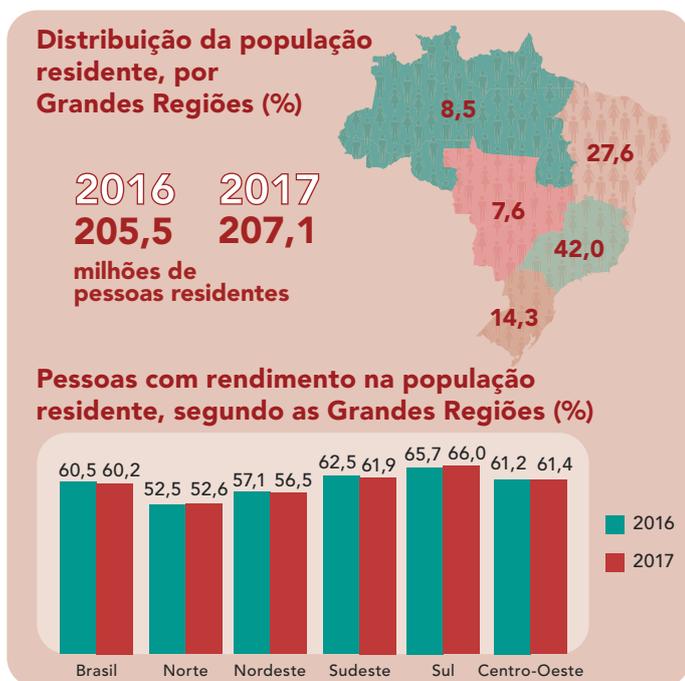
² O rendimento proveniente de outras fontes, na pesquisa, é composto pelo rendimento efetivamente recebido no mês de referência, de: aposentadoria ou pensão de instituto de previdência oficial federal, estadual, municipal, ou do governo federal, estadual, municipal; aluguel e arrendamento; seguro-desemprego ou seguro-defeso; pensão alimentícia, doação ou mesada de não morador; e outros rendimentos, em que estão incluídos rentabilidades de aplicações financeiras, bolsas de estudos, direitos autorais, exploração de patentes etc.

³ Os indicadores de rendimento do trabalho investigados pela PNAD Contínua são divulgados em termos nominais e em termos reais. Para o deflacionamento dos rendimentos nominais, é utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE. Para informações complementares sobre o tema, consultar: DEFLACIONAMENTO dos rendimentos do trabalho dos trimestres móveis da PNAD contínua (versão atualizada). Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Nota técnica 2. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=20142&t=notas-tecnicas>>. Acesso em: mar. 2018.

Distribuição da população residente por Grandes Regiões

Em 2017, havia 207,1 milhões de pessoas residentes, ante 205,5 milhões em 2016. A Região Sudeste, com 86,9 milhões de pessoas, concentrava a maior parte da população (42,0%), seguida das Regiões Nordeste, com 57,1 milhões (27,6%); Sul, com 29,6 milhões (14,3%); Norte, com 17,7 milhões (8,5%); e Centro-Oeste, com 15,8 milhões (7,6%). A distribuição percentual da população entre as Regiões foi a mesma de 2016.

Do total de 207,1 milhões de pessoas residentes no Brasil em 2017, 124,6 milhões (60,2%) possuíam algum tipo de rendimento. A Região Sul (66,0%), assim como em 2016, apresentou o maior percentual de pessoas que recebiam algum tipo de rendimento, enquanto as Regiões Norte e Nordeste, os menores (52,6% e 56,5%, respectivamente).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Nota: Pessoas com rendimento efetivamente recebido no mês de referência.

Distribuição das pessoas por tipo de rendimento efetivamente recebido

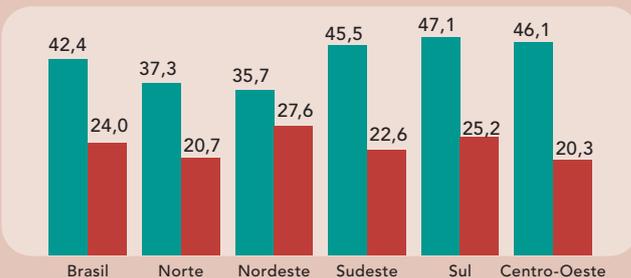
Em 2017, as pessoas que possuíam rendimento de todos os trabalhos correspondiam a 41,9% da população residente (86,8 milhões), vis-à-vis 42,4% em 2016, enquanto 24,1% dos residentes (50,0 milhões) possuíam algum rendimento proveniente de outras fontes em 2017. Em 2016, 49,3 milhões de pessoas possuíam rendimentos de outras fontes (24,0% dos residentes).

Havia diferenças significativas entre as Grandes Regiões no que diz respeito ao percentual de pessoas com rendimento. A Região

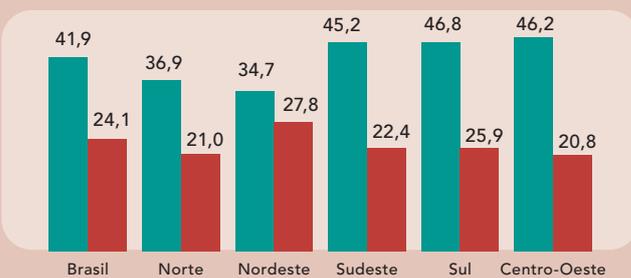
Sul apresentou o maior percentual de pessoas com rendimento efetivamente recebido de todos os trabalhos (46,8%) e o segundo maior percentual com rendimento proveniente de outras fontes (25,9%). Por sua vez, a Região Nordeste registrou o menor percentual de pessoas com rendimento efetivamente recebido de todos os trabalhos (34,7%) e o maior percentual daquelas que recebiam de outras fontes (27,8%).

Pessoas com rendimento na população residente, por tipo de rendimento, segundo as Grandes Regiões (%)

2016



2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

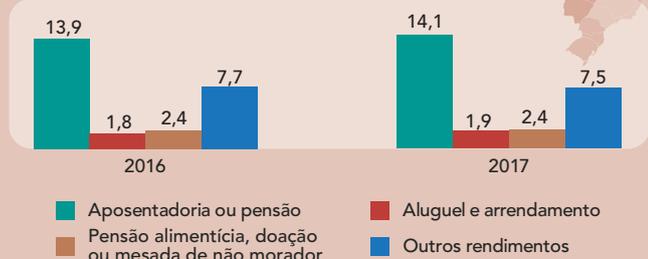
Nota: Pessoas com rendimento efetivamente recebido no mês de referência.

Destaca-se que, dentre os rendimentos de outras fontes, o mais frequente na população era aquele proveniente de aposentadoria ou pensão. Em 2017, 14,1% da população recebia aposentadoria ou pensão; 2,4%, pensão alimentícia, doação ou mesada de não morador; 1,9%, aluguel e arrendamento; enquanto 7,5% recebiam outros rendimentos, categoria que inclui seguro-desemprego, programas de transferência de renda do governo, rendimentos de poupança etc, valores similares aos de 2016.

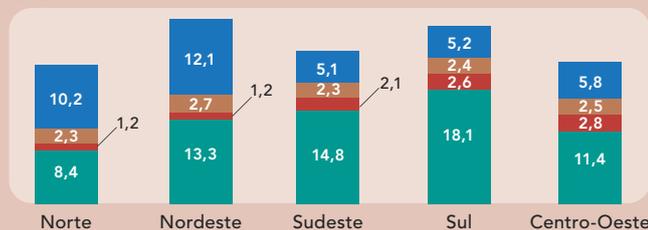
Os resultados mostraram que, nas Regiões Norte e Nordeste, os percentuais de pessoas que recebiam outros rendimentos (10,2% e 12,1%, respectivamente) se destacavam dos observados nas demais regiões, com valores superiores à média do País (7,5%). Na Região Norte, o percentual de pessoas que recebiam outros rendimentos foi superior ao daquelas que recebiam quaisquer das outras fontes de rendimento não oriundas do trabalho, o que não é observado nas demais regiões, onde a categoria aposentadoria ou pensão registrou os maiores percentuais. Destaca-se a Região Sul que chegou a 18,1% da sua população residente com esse tipo de rendimento, contra 17,3% em 2016. Cabe ressaltar que a Região Sul possuía a população mais envelhecida do País.

Pessoas com rendimento proveniente de outras fontes, na população residente, segundo o tipo de rendimento (%)

2016-2017



2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Nota: Pessoas com rendimento efetivamente recebido no mês de referência.

Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento

De todas as fontes

Em 2017, as pessoas que declararam possuir algum rendimento recebiam, em média, R\$ 2 112, contra um rendimento médio de R\$ 2 124 em 2016.

O rendimento médio mensal real de todas as fontes se apresentou de maneira bastante distinta entre as Grandes Regiões do Brasil: diferente de 2016, em 2017 a Região Centro-Oeste registrou o maior valor (R\$ 2 479), seguida pelas Regiões Sudeste (R\$ 2 459) e Sul (R\$ 2 373), enquanto o menor foi verificado na Região Nordeste (R\$ 1 429). No ano de 2016, a região Sudeste (R\$ 2 547) apresentou o maior rendimento médio de todas as fontes.

De todos os trabalhos

O rendimento médio mensal real de todos os trabalhos apresentou o valor de R\$ 2 237 em 2017, vis-à-vis R\$ 2 268 em 2016. Assim como observado no rendimento total (todas as fontes), as Regiões Nordeste (R\$ 1 570) e Norte (R\$ 1 693) registraram os menores valores para o rendimento do trabalho, ao passo que as Regiões Centro-Oeste (R\$ 2 566), Sudeste (R\$ 2 526) e Sul (2 454), os maiores. Em relação ao ano de 2016, a Região Sudeste (R\$ 2 663) foi a única a apresentar variação negativa. Nas demais regiões, os rendimentos eram inferiores: Norte, R\$ 1 662; Nordeste, R\$ 1 532; Sul, R\$ 2 415; e Centro-Oeste, R\$ 2 449.

Proveniente de outras fontes

Em 2017, o rendimento médio mensal real proveniente de outras fontes foi de R\$ 1 382, sendo o menor valor (R\$ 884) observado na Região Norte, e o maior (R\$ 1 700), na Região Sudeste.

No Brasil, dentre todas as categorias que compõem o rendimento proveniente de outras fontes, o item aposentadoria ou pensão foi o mais elevado (R\$ 1 750). Este padrão foi observado em todas as Grandes Regiões, destacando-se a Região Centro-Oeste com o maior valor (R\$ 2 105) e a Região Nordeste, com o menor (R\$ 1 442). Os rendimentos provenientes de aluguel e arrendamento tinham valor médio de R\$ 1 588; pensão alimentícia, doação ou mesada de não morador totalizavam, em média, R\$ 605; e, por fim, as pessoas que declararam possuir outros rendimentos, além dos já citados, recebiam R\$ 558, em média. O valor dos outros rendimentos era maior na Região Sudeste (R\$ 802) e menor na Região Nordeste (R\$ 379).

Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento, por Grandes Regiões, segundo o tipo de rendimento

Tipo de Rendimento	Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento (R\$)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Todas as fontes (1)						
2016	2 124	1 511	1 405	2 547	2 316	2 370
2017	2 112	1 541	1 429	2 459	2 373	2 479
Todos os trabalhos (1)						
2016	2 268	1 662	1 532	2 663	2 415	2 449
2017	2 237	1 693	1 570	2 526	2 454	2 566
Outras fontes						
2016	1 350	845	928	1 679	1 525	1 581
2017	1 382	884	946	1 700	1 618	1 620
Aposentadoria e pensão						
2016	1 728	1 372	1 426	1 898	1 703	2 136
2017	1 750	1 451	1 442	1 906	1 774	2 105
Aluguel e arrendamento						
2016	1 573	1 041	1 185	1 752	1 666	1 557
2017	1 588	1 019	1 140	1 833	1 635	1 479
Pensão alimentícia, doação ou mesada de não morador						
2016	595	505	390	742	642	644
2017	605	460	399	762	674	650
Outros rendimentos						
2016	535	391	361	811	659	591
2017	558	398	379	802	759	697

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Nota: Rendimento efetivamente recebido no mês de referência, a preços médios de 2017.

(1) Rendimento captado apenas para as pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade.

Características sociodemográficas da população ocupada com rendimento

Em 2017, havia no mercado de trabalho brasileiro 89,1 milhões de pessoas ocupadas com 14 anos ou mais de idade.

Mais da metade da população em idade de trabalhar era formada por mulheres, entretanto os homens representavam 57,2% da parcela da população que trabalhava. Em todas as Grandes Regiões, a participação masculina na população ocupada era superior à feminina, todavia essa hegemonia era diferenciada no que se refere à taxa de participação na população ocupada. Nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, a presença de mulheres na população ocupada era superior à observada nas Regiões Norte e Nordeste. Destaca-se ainda, que, na Região Norte, a participação das mulheres não alcançava 40% das pessoas ocupadas. Cabe informar, ainda, que estas proporções mantêm a mesma ordem de 2016.

A população branca representava 45,9% da população ocupada e a população parda, 43,7%, em 2017, ao passo que em 2016, representavam, respectivamente, 46,6% e 43,4%. A população preta, de 2016 para 2017, passou de 9,0% para 9,4%.

Em relação ao nível de instrução mais elevado alcançado, a participação das pessoas com, no mínimo, o ensino médio completo foi de 57,4% dos ocupados, contra 56,8% do ano anterior. Entre aqueles, sem instrução e os que não possuíam o ensino fundamental completo ou equivalente, a participação foi de 27,1% dos ocupados em 2017 e 27,9% em 2016.

Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, efetivamente recebido no mês de referência, da população ocupada

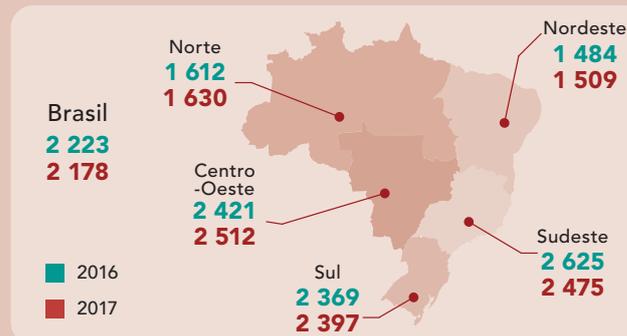
Em 2017, de acordo com a PNAD Contínua, o rendimento médio mensal real efetivamente recebido de todos os trabalhos dos 89,1 milhões de trabalhadores do País, com 14 anos ou mais de idade, resultou em uma massa mensal de rendimento de aproximadamente R\$ 194,2 bilhões e um rendimento médio de R\$ 2 178. Já em 2016, a massa do rendimento foi R\$ 197,5 bilhões, com uma média de R\$ 2 223.

No que diz respeito à massa mensal de rendimento, a Região Sudeste registrou a maior (R\$ 99,3 bilhões, em 2017, contra 104,7 bilhões em 2016), seguida pela Região Sul (R\$ 34,0 bilhões em 2017, contra 33,5 bilhões), cujo valor, no entanto, correspondia a pouco mais de 1/3 do registrado na primeira.

Quanto ao rendimento médio mensal real em 2017, a Região Centro-Oeste (R\$ 2 512) apresentou o maior rendimento médio, posição que, em 2016, era ocupada pela Região Sudeste (R\$ 2 625, em 2016 e R\$ 2 475 em 2017). As Regiões Nordeste e Norte, por

outro lado, apresentaram as menores médias (R\$ 1 509 e R\$ 1 630, respectivamente). Os rendimentos destas regiões foram equivalentes a 60,1% e 64,9%, na mesma ordem, do rendimento observado na Região Centro-Oeste. Ao se observar o ano de 2016, tais rendimentos foram equivalentes a 56,5% e 61,4%, respectivamente, do observado na Região Sudeste (maior rendimento médio em 2016).

Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Notas: 1. Pessoas com rendimento efetivamente recebido no mês de referência, a preços médios de 2017.

2. Rendimento captado apenas para pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade.

Sexo

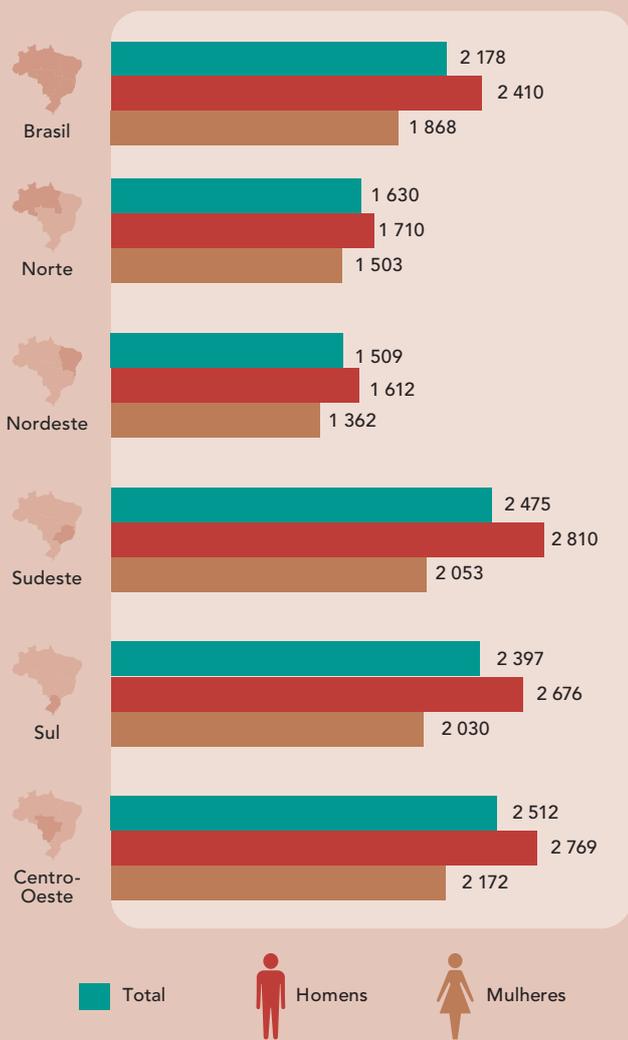
Como visto, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, no Brasil, foi de R\$ 2 178. Entre os homens, registrou-se média de R\$ 2 410, enquanto entre as mulheres, R\$ 1 868, o que representava 77,5% do rendimento masculino. Em 2016, essa proporção fora de 77,2%.

Regionalmente, destacam-se as Regiões Nordeste e Norte, que, apesar de terem os menores valores de rendimento médio mensal real para ambos os sexos dentre todas as demais (R\$ 1 612 e R\$ 1 710, respectivamente, para os homens e R\$ 1 362 e R\$ 1 503, na mesma ordem, para as mulheres), apresentaram as maiores proporções de rendimento das mulheres em relação ao dos homens, isto é, as maiores taxas de proximidade: 84,5% e 87,9%, em 2017 e 88,4% e 89,2%, em 2016, respectivamente. Por outro lado, a Região Sudeste, que registrou a segunda maior média para mulheres (R\$ 2 053) e a maior para os homens (R\$ 2 810), foi a região onde as mulheres registraram a menor proporção do rendimento masculino (73,1% ante 71,7% de 2016).

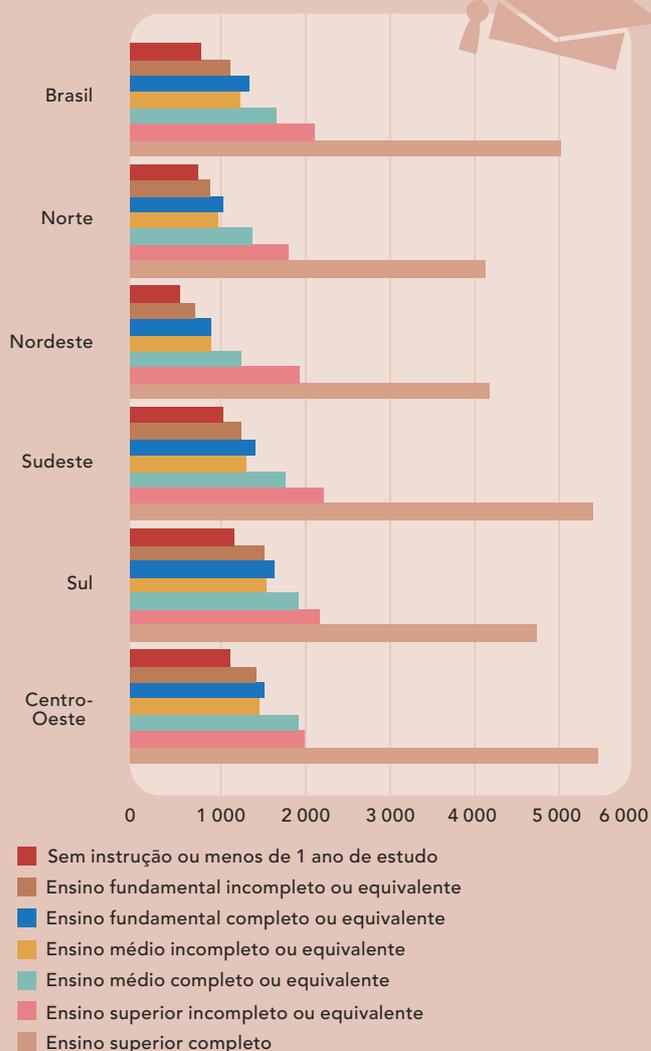
Cor ou raça

O rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas brancas (R\$ 2 814) era maior que os rendimentos observados para as pessoas pardas (R\$ 1 606) e pretas (R\$ 1 570). As brancas apresentaram rendimentos 29,2% superiores à média nacional (R\$ 2 178), enquanto as pardas e pretas receberam rendimentos 26,3% e 27,9%, respectivamente, inferiores a essa média. Brancos (30,8%), Pretos (28,0%) e pardos (29,1%), em 2016, estavam percentualmente mais distantes da média.

Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, por sexo, segundo as Grandes Regiões (R\$)



Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões (R\$)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Notas: 1. Pessoas com rendimento efetivamente recebido no mês de referência, a preços médios de 2017.

2. Rendimento captado apenas para pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade.

Nível de instrução

O nível de instrução foi um indicador importante na determinação do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, apresentando uma relação positiva, ou seja: quanto maior o nível de instrução alcançado, maior o rendimento.

As pessoas que não possuíam instrução apresentaram o menor rendimento médio (R\$ 842). Por outro lado, o rendimento das pessoas com ensino fundamental completo ou equivalente foi 67,3% maior, chegando a R\$ 1 409. Por fim, aqueles que tinham ensino superior completo registraram rendimento médio aproximadamente 3 vezes maior que o daqueles que tinham somente o ensino médio completo e mais de 6 vezes o daqueles sem instrução.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Notas: 1. Pessoas com rendimento efetivamente recebido no mês de referência, a preços médios de 2017.

2. Rendimento captado apenas para pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade.

Indicadores de concentração de rendimento

Distribuição por classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento médio mensal real efetivamente recebido de todos os trabalhos

Ao observar a estratificação em classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento médio mensal real efetivamente recebido de todos os trabalhos, percebe-se que, em 2017, a metade dos trabalhadores com menores rendimentos receberam,

em média, R\$ 754, enquanto em 2016 esse valor foi de R\$ 773. Destaca-se que o valor deste indicador diferiu substancialmente entre as Grandes Regiões. A Região Sul, assim como em 2016, em 2017, apresentou a maior média de rendimento efetivo do trabalho para a metade da população com menor rendimento, (R\$ 974). Tal valor representa o dobro do estimado para a Região Nordeste (R\$ 487) e quase o dobro da verificada na Norte (R\$ 566). As Regiões Sudeste (R\$ 909) e Centro-Oeste (R\$ 894) registraram 6,7% e 8,2% a menos do que a Região Sul, respectivamente, ao considerar este indicador.

Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos dos 50% da população com os menores rendimentos e respectivo percentual em relação à Região Sul, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos dos 50% da população com os menores rendimentos (R\$)		Percentual em relação a Região Sul (%)	
	2016	2017	2016	2017
Brasil	773	754	79,0	77,4
Norte	576	566	58,9	58,1
Nordeste	504	487	51,5	50,0
Sudeste	940	909	96,1	93,3
Sul	978	974	100,0	100,0
Centro-Oeste	914	894	93,5	91,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Notas: 1. Pessoas com rendimento efetivamente recebido no mês de referência, a preços médios de 2017.

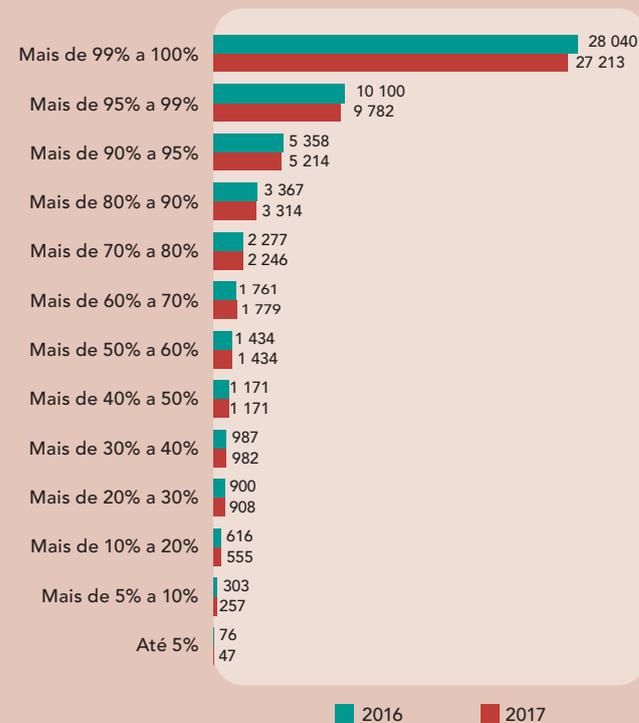
2. Rendimento captado apenas para pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade.

Razão entre os rendimentos médios mensais reais da população composta pelo 1% com os maiores rendimentos e da população composta pelos 50% com os menores rendimentos

Outra forma de analisar a concentração de rendimento na população se dá pela observação da distribuição das pessoas por classes de rendimento. Por meio desse indicador, identificou-se que, em 2017, as pessoas que estavam no último percentil de rendimento, ou seja, aquelas que faziam parte do 1% da população com rendimentos mais elevados (cujo rendimento médio mensal real era R\$ 27 213, ante R\$ 28 040, em 2016), recebiam, em média, 36,1 vezes o rendimento da metade da população com os menores rendimentos (cujo rendimento médio mensal real era R\$ 754). Em 2016, esse grupo dos 1% com maiores rendimentos, recebiam 36,3 vezes a média do rendimento da metade com menores rendimentos.

Em termos regionais, observa-se que, na Região Sudeste, onde está concentrada a maior parcela da população, o rendimento médio mensal real do 1% da população com os maiores rendimentos foi 33,7 vezes o rendimento médio mensal real dos 50% da população com os menores rendimentos, contra 36,3 vezes em 2016. A região que apresentou a menor razão foi a Sul (25,0 vezes, em 2017 e 24,6 vezes em 2016).

Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, segundo as classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento (R\$)

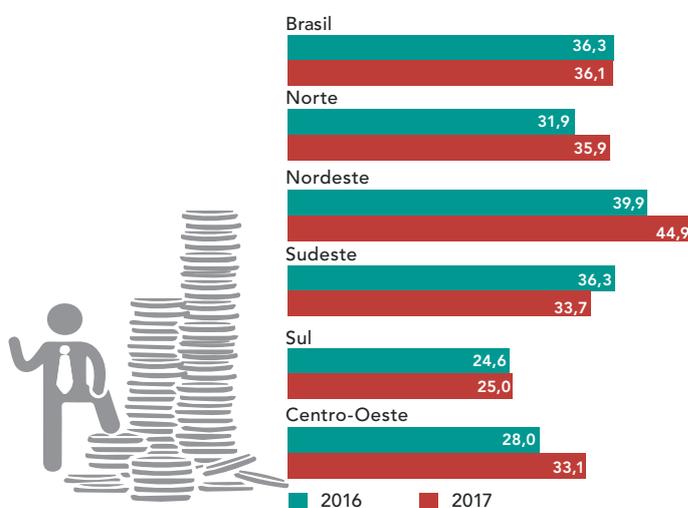


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Notas: 1. Pessoas com rendimento efetivamente recebido no mês de referência, a preços médios de 2017.

2. Rendimento captado apenas para pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade.

Razão entre os rendimentos médios mensais reais da população composta pelo 1% com os maiores rendimentos e da população composta pelos 50% com os menores rendimentos



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Nota: Rendimento efetivamente recebido no mês de referência, a preços médios de 2017.

Índice de Gini⁴ do rendimento médio mensal real efetivamente recebido de todos os trabalhos

Em 2017, o Índice de Gini do rendimento médio mensal real efetivamente recebido de todos os trabalhos foi de 0,524 e 0,525 em 2016. Este comportamento foi proporcionado pelo movimento da Região Sudeste (de 0,520 em 2016, para 0,510 em 2017), que passou do segundo maior índice em 2016 para o segundo menor em 2017. Assim, juntamente com a Região Sul (0,469), apresentaram os menores índices. Já na outra extremidade, com a maior desigualdade desse rendimento, ficou a Região Nordeste, com 0,559 em 2017 e 0,545 em 2016.

Índice de Gini do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Nota: Rendimento efetivamente recebido no mês de referência, a preços médios do ano.

Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* de todas as fontes

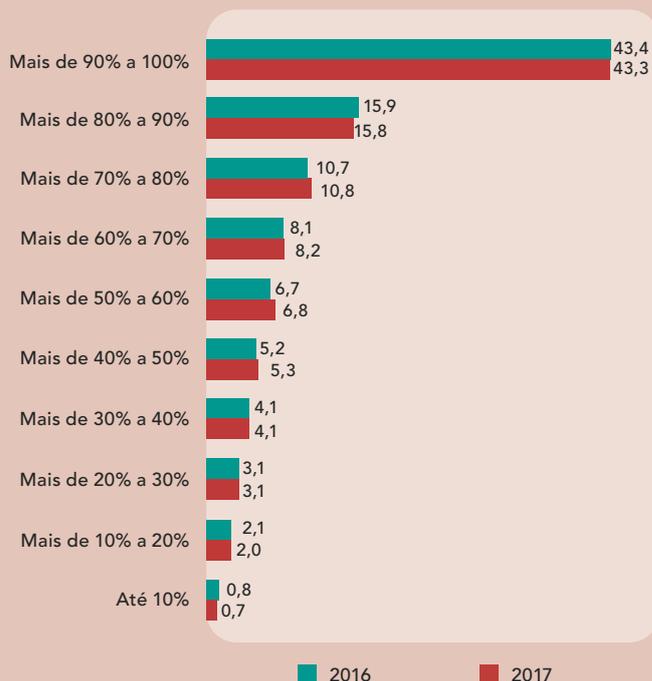
Massa de rendimento mensal real domiciliar *per capita*

A massa de rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* alcançou R\$ 263,1 bilhões em 2017, ao passo que em 2016, esse valor foi de R\$ 263,9 bilhões. A parcela dos 10% com os menores rendimentos da população detinha 0,7% da massa, vis-à-vis 43,3% dos 10% com os maiores rendimentos. Além disso, cabe observar que este último grupo mostrou possuir uma parcela da massa de rendimento superior à dos 80% da população com os menores rendimentos (41,0%).

A Região Sudeste apresentou a maior massa de rendimento do País (R\$ 132,3 bilhões), sendo este valor superior à soma das demais

massas de rendimento regionais. As Regiões Sul (R\$ 46,4 bilhões) e Nordeste (R\$ 46,1 bilhões) produziram cerca de 1/3, cada, da massa da Região Sudeste. As Regiões Norte (R\$ 14,3 bilhões) e Centro-Oeste (R\$ 24,0 bilhões) foram responsáveis pelo equivalente a 10,8% e 18,1%, respectivamente, da Região Sudeste.

Distribuição da massa de rendimento mensal real domiciliar *per capita*, segundo as classes de percentual das pessoas com rendimento domiciliar *per capita* em ordem crescente (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Nota: Rendimento efetivamente recebido no mês de referência, a preços médios do ano.

Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*

O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* foi de R\$ 1 271, em 2017 e R\$ 1 285, em 2016. As Regiões Norte e Nordeste apresentaram os menores valores (R\$ 810 e R\$ 808), e a Região Sul, o maior (R\$ 1 567).

Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*

Em 2017, o índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* para o Brasil foi estimado em 0,549, ou seja, o mesmo registrado em 2016. Nas Regiões Sudeste, Nordeste e Sul, as mais populosas do País, esses índices foram de 0,529, 0,567 e 0,477, respectivamente. Assim, a Região Sudeste foi a única a reduzir esse indicador que, em 2016, foi de 0,535, as demais regiões apresentaram indicadores maiores que no ano anterior.

⁴ O índice de Gini é uma medida de concentração de uma distribuição, e seu valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima).

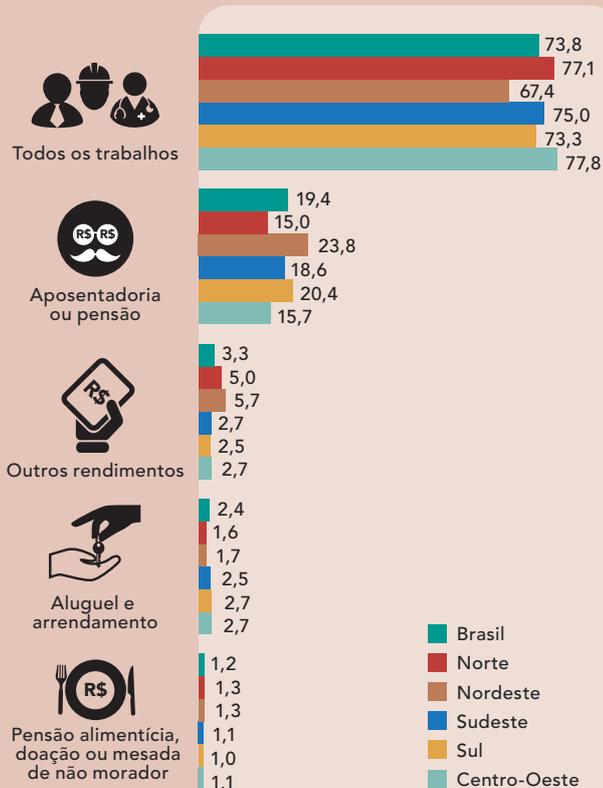
Participação percentual dos diversos tipos de rendimento na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, a preços médios do ano

Em 2017, o rendimento de todos os trabalhos compunha, 73,8% do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* efetivamente recebido. Os cerca de 26% provenientes de outras fontes se dividem em rendimentos de aposentadoria ou pensão; aluguel e arrendamento; pensão alimentícia, doação ou mesada de não morador; e outros rendimentos.

Entre as Grandes Regiões, houve diferenças importantes na composição do rendimento domiciliar *per capita*, destacando-se a participação do rendimento de todos os trabalhos, que variou de 67,4%, na Região Nordeste, a 77,8%, na Região Centro-Oeste.

O rendimento proveniente de aposentadoria ou pensão também apresentou participações e diferenças regionais importantes: na Região Norte, a participação foi de 15,0%, vis-à-vis a participação de 23,8% registrada na Região Nordeste; nas demais, essa participação variou entre 15,7%, na Região Centro-Oeste, e 20,4%, na Região Sul.

Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, por Grandes Regiões, segundo o tipo de rendimento (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Nota: Rendimento efetivamente recebido no mês de referência, a preços médios de 2017.

Programas de transferência de renda do Governo Federal

No Brasil, 13,7% dos domicílios recebiam, em 2017, dinheiro referente ao Programa Bolsa Família, em 2016 este percentual foi de 14,3%. Nas Regiões Norte e Nordeste, 25,8% e 28,4% dos domicílios recebiam este benefício, em 2017. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) era recebido por 3,3% dos domicílios do País. As Regiões Norte e Nordeste novamente apresentaram os maiores percentuais (5,6% e 5,2%, respectivamente).

O Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* que, em 2017, para Brasil, foi estimado em R\$ 1 271, era diferenciado quando comparados os domicílios que recebiam ou não algum programa de transferência de renda, especialmente quando o benefício era o Bolsa Família. O Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* nos domicílios que recebiam o Bolsa Família foi de R\$ 324 e naqueles que não tinham foi de R\$ 1 489, para os domicílios que recebiam o BPC foi de R\$ 696 e os que não recebiam o BPC foi de R\$ 1 293.

Os serviços básicos recebidos pelos domicílios que recebiam algum programa também eram diferentes daqueles que não recebiam. Entre aqueles com o Bolsa família, 71,3% tinha abastecimento de água de rede geral; 36,8% tinha esgotamento sanitário com rede geral ou fossa séptica ligada a rede geral; 74,4% tinha coleta de lixo. Os valores para os domicílios que não recebiam eram todos maiores, em particular o que se refere ao acesso a esgotamento sanitário (70,6%). Entre os domicílios que não recebiam o programa, 88,0% tinha abastecimento de água e 93,4% tinha coleta de lixo.

O mesmo comportamento foi verificado em relação à posse de bens. Entre os domicílios que recebiam o benefício 95,4% possuía geladeira; 29,0% máquina de lavar; 95,3% televisão e 15,5% micro-computador. Entre os que não recebiam os percentuais foram, respectivamente: 98,6%; 69,3%; 97,1% e 48,5%.

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Trabalho
e Rendimento

Normalização textual
Centro de Documentação
e Disseminação de
Informações, Gerência de
Documentação

Projeto gráfico
Centro de Documentação
e Disseminação de
Informações, Gerência de
Editoração

Imagens fotográficas
pixabay.com

Impressão
Centro de Documentação
e Disseminação de
Informações, Gráfica
Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.

/ibgecomunica

/ibgeoficial

/ibgeoficial

/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181

(21) 97385-8685



IBGE

Links Tabelas de resultados, notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa/estudo

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=20635>>